

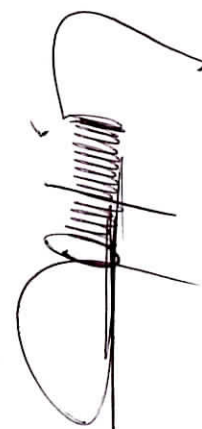


1 **ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO DE 2015.**

3
4 Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, no Auditório da
5 Amapá Previdência – AMPREV, situado à Rua Binga Uchôa, número dez, Centro,
6 Macapá-AP, às dezesseis horas, teve início a quarta reunião ordinária do Conselho
7 Estadual de Previdência, na direção do Presidente, senhor **ARNALDO SANTOS**
8 **FILHO**, que cumprimentou os Conselheiros Titulares e Suplentes e demais presentes.
9 Em seguida, apresentou o **ITEM 01 da PAUTA - LEITURA DO EDITAL** número zero
10 seis de dois mil e quinze, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de
11 Previdência, Diretoria Executiva, Gerente Administrativo e Financeiro e Procuradoria
12 Jurídica da AMPREV; para fazerem-se presentes nessa sessão. **ITEM 02 -**
13 **VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os membros Titulares e
14 Suplentes do Conselho Estadual de Previdência na seguinte ordem: **WELINGTON DE**
15 **CARVALHO CAMPOS**, ausente; **ANTÔNIO PINHEIRO TELES JÚNIOR**, ausente;
16 **JOSENILDO SANTOS ABRANTES**, ausente; **CARLOS AUGUSTO TORK DE**
17 **OLIVEIRA**, ausência justificada; **MICHEL HOUAT HARB**, ausente; **PAULO DE**
18 **SANTANA VAZ**, presente; **VINICIUS MENDONÇA CARVALHO**, presente; **IVONETE**
19 **FERREIRA DA SILVA**, presente; **EDSON FRANÇA** presente; **HELIELSON DO**
20 **AMARAL MACHADO**, ausente representado pelo seu Suplente **ALVARO DE**
21 **OLIVEIRA CORREA JUNIOR**; **HEMERSON DE SOUZA DIAS**, presente; **JOSÉ**
22 **PAIXÃO MOREIRA MARTINS**, presente; **FRANCISCO ICLENOR BEZERRA DE**
23 **OLIVEIRA**, presente; **TIAGO PINTO MARQUES**, presente; **FERNANDO CÉZAR**
24 **PEREIRA DA SILVA**, presente. **ITEM 03 - LEITURA DAS JUSTIFICATIVAS DE**
25 **AUSÊNCIAS**: Carlos Augusto Tork de Oliveira. **ITEM 04 – Apresentação de**
26 **informações relativas a competência do COFISPREV**. O Presidente agradeceu a
27 presença dos membros do Conselho Fiscal, informando que estavam presentes os
28 Conselheiros Fiscais Marlúcio de Almeida Souza, o Presidente, Gláucio Maciel
29 Bezerra, Vice-Presidente e Vera de Nazaré Ferreira Diniz, Secretária. Em seguida,
30 Marlúcio saudou a todos e disse que o Conselho Fiscal existe na AMPREV e quer
31 estreitar as relações com o Conselho Estadual de Previdência-CEP, que tem como
32 função fiscalizar o dinheiro do servidor e nesta gestão quer buscar um bom
33 relacionamento com o CEP, com a Diretoria Executiva da AMPREV e com o Comitê
34 de Investimento. Ele informou que os encaminhamentos dados por ele não chegam no
35 CEP e é por onde deve passar seus encaminhamentos. Ele informou da dívida em que
36 o governo passou juntou e parcelou e disse que todo parcelamento precisa ser
37 homologado pelo Ministério da Previdência e caso não homologado não tem validade.



38 Disse que os governos vão passando e não se preocupam com isso. Ele pediu que o
39 Conselho Fiscal participe do levantamento da dívida, pois em 2013 fizeram um
40 parcelamento e deram um cheque em branco do Governo do Estado. Marlúcio disse
41 que foi falta de gestão da AMPREV em homologar os termos de acordo. Ele disse que
42 tem um documento que comprova o cheque em branco do Estado. Afirmou que seus
43 encaminhamentos não chegam na ponta onde deveriam chegar, que é o Conselho
44 Estadual e que deveria haver a responsabilização por isso. Disse, ainda, que estão à
45 beira de uma aposentadoria de doze mil servidores. Ele disse que em 2010, quando
46 passaram por este Conselho, eles denunciaram no Ministério da Previdência,
47 demonstrando o relatório da auditoria e disse que ele e o conselheiro Iclenor, fizeram
48 parte do sindicato da Assembleia e que hoje Iclenor é presidente deste sindicato, que
49 foram autores da denúncia. Marlúcio disse que estavam gastando dinheiro no centro
50 de atendimento ao servidor e gerou um rombo de quinze milhões. Disse que ministério
51 fiscalizou e entrou com uma ação civil pública que provocada por eles. Ele disse que
52 nesses dois anos que vai ficar no Conselho vai fiscalizar, não vai perseguir ninguém e
53 falou que todo mundo tem que seguir seu papel e que vai estar à disposição de todos,
54 três vezes na semana, finalizou agradecendo a todos e disse que disponibilizou os
55 documentos pendentes de repostas da Diretoria da AMPREV de anos anteriores. Em
56 seguida, o Conselheiro Hemerson informou que faz parte do Comitê de Investimento,
57 é um dos conselheiros que está acompanhando a dívida do Estado e disse que faz
58 questão que um membro do Conselho Fiscal faça parte da comissão e os acompanhe,
59 e que registrasse nessa reunião que esses membros que foram indicados para
60 acompanhar a dívida e fazer o levantamento, que vão acompanhar até o final, a
61 homologação, para que se possa trazer uma resposta concreta para todos os
62 servidores da AMPREV e aos membros do Conselho. O conselheiro Paulo informou
63 que também está na comissão da dívida executiva e pediu para deliberar a inclusão de
64 um membro do Conselho Fiscal na comissão. Em seguida, o Presidente informou que
65 houve a indicação de três membros deste conselho para se fazer o acompanhamento,
66 que são os conselheiros Fernando, Hemerson e Paulo, e que assinou um documento
67 com a indicação dos mesmos e disse que não teria problema do Conselho Fiscal
68 participar. O Presidente falou da necessidade de transformar a AMPREV em Autarquia
69 e que esse assunto foi discutido na reunião passada, que houve por parte deste
70 Conselho a nomeação de três relatorias pra discutir o Projeto de Lei da AMPREV,
71 porém apenas uma foi bem sucedida, que foi o da conselheira Carla e os demais que
72 ficaram responsáveis devolveram sem concluir este trabalho. Diante disso, o
73 Presidente falou que avocou para Presidência essa prerrogativa de apresentar uma





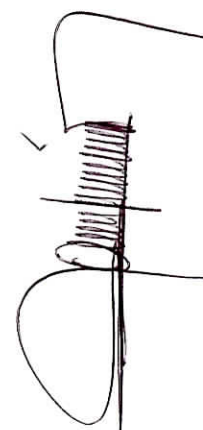
74 proposta definitiva brevemente e que estão no prazo estabelecido que foi de 60
75 (sessenta) dias, juntamente com o jurídico estão trabalhando nessa proposta. Depois
76 o Presidente falou a respeito do questionamento do Marlúcio sobre o instituto militar,
77 dizendo que foi criada uma diretoria militar através de uma lei que foi aprovada ano
78 passado, a qual não foi contestada e não gerou nenhuma ação de
79 inconstitucionalidade e disse que hoje já tem uma diretoria nomeada e que também
80 não tem estrutura. Ele disse que estão cumprindo o que a lei determinou. O Presidente
81 falou a respeito da ação ajuizada pelos promotores e falou que a AMPREV realmente
82 não foi parte e que já tiveram alguns chamados na Procuradoria Geral de Justiça pra
83 discutir este assunto. Que foram firmes na sua posição de não aceitar compensação,
84 ainda porque a decisão liminar não mandou isso e sim mandou apenas que o MP
85 continue pagando a aposentadoria dos promotores, mas não disse que era pra
86 AMPREV compensar. Ele disse que já tiveram duas reuniões que trataram disso e que
87 houve uma insistência por parte do Ministério Público e a AMPREV resistiu. Ele
88 informou que a decisão não foi no sentido de fazer a compensação, e por isso não foi
89 feita a compensação do mês passado e nem desse mês farão. Em seguida, o
90 conselheiro Fernando informou a respeito do Ministério Público, que a ação não é dos
91 promotores de justiça e que foi impetrada pelo Sindicato dos membros do Ministério
92 Público contra um ato da Procuradoria Geral de Justiça que deveria se abster de
93 transferir as aposentadorias dos membros que estão na instituição para a AMPREV.
94 Assim, a AMPREV não é parte no processo. Em seguida, o Presidente passou a
95 palavra para a Procuradora da AMPREV, Ideusanira, e ela informou que a questão do
96 Tribunal de Justiça foi diferente do Ministério Público porque abarcou na decisão o
97 dever de compensar. Ela disse que no do MP, a AMPREV faz parte, que contestaram
98 a ação e que não constava na decisão o dever de compensar por isso não os
99 insurgiram contra. O do Tribunal de Justiça foi um pouco diferente. Em seguida, o
100 conselheiro Fernando informou que ação do Tribunal de Justiça é de 2013. Depois, a
101 Procuradora disse que AMPREV não foi parte por isso não se habilitou no processo.
102 Em seguida, o conselheiro Fernando informou que já houve deliberação no Conselho
103 que, a cada dois meses viesse a atualização dos processos judiciais para
104 acompanhamento no CEP e pediu que fosse encaminhado para o Conselho para
105 conhecimento e deliberação do andamento de todos os pedidos do Conselho Fiscal.
106 Em seguida, o Conselheiro Paulo informou que foi deliberado na 11ª reunião ordinária
107 de 2014 que todo mês seria dado o relatório das dívidas de todos os poderes e pediu
108 que na próxima sessão fosse incluída esse item. Posteriormente, o conselheiro Iclenor
109 questionou sobre a questão dos imóveis e perguntou se já foi alguma coisa. O



110 Presidente falou que o conselheiro Tork está ausente, mas que está indo a AMPREV
111 semanalmente, toda segunda-feira, para se reunir com a sua equipe e discutir as
112 estratégias para legalização dos imóveis. O Conselheiro Hemerson se ausentou as
113 dezoito horas. Em seguida, conselheira Ivonete informou que faz parte da comissão e
114 que se reúnem todas as segundas-feiras e que já foi feita uma apresentação e o
115 conselheiro Tork pediu que fizesse a apresentação dos imóveis numa reunião
116 extraordinária, entre os dias 7 a 12 de julho. Em seguida, Ivaldo falou que a comissão
117 está muito adiantada e contam com uma apoio de uma equipe técnica de outros
118 órgãos. Assim, **Ficou deliberado por unanimidade a inclusão do Conselho Fiscal**
119 **de Previdência na Comissão do Levantamento da Dívida dos Poderes. ITEM 5 -**
120 **Solicitação de Cessão do Imóvel situado na Av. Fab, nº 743, entre Eliezer Levy e**
121 **Odilardo Silva pela FCRIA (Ofício nº 714/2015-GAB/FCRIA). O Presidente**
122 agradeceu a presença da Alba Nize Colares Caldas, Diretora Presidente da Fundação
123 da Criança e Adolescente – FCRIA, e sua equipe e passou a palavra a ela. Alba Nize
124 saudou a todos e falou da importância de estar no Conselho e o porquê da solicitação
125 do imóvel a AMPREV. Ela falou que solicitou em termo de urgência devido a
126 dificuldade de locação de imóveis pra FCRIA no geral, em decorrência do histórico dos
127 adolescentes que estão em semiliberdade e que acabaram incendiando o local
128 anterior que ocupavam. Ademais, destacou que existe uma Ação Civil Pública em que
129 determina um prazo de noventa dias para a FCRIA providenciar a instalação do
130 Núcleo de Semiliberdade. Disse ainda, que seria por tempo determinado até que
131 finalize o prédio próprio da FCRIA e pediu que fosse analisado com cuidado seu
132 pedido e informou que somente o Estado do Amapá não tem o semiliberdade. O
133 Presidente passou a palavra para o Conselheiro Iclenor, que disse o prédio é do
134 servidor do Estado e não é público. Em seguida, o Conselheiro Fernando falou que o
135 pedido vem de encontro com duas posições que o Conselho já declinou: uma ao
136 PROCON e outra a SIMS e que o Conselho foi muito enfático ao dizer que, sem antes
137 ter um relatório conciso, preciso com todas as informações do patrimônio da AMPREV,
138 eles não iriam deliberar sobre nada em relação a isso. Disse ainda, que a posição do
139 Conselho foi o de constituir uma comissão, composta por membros do Conselho,
140 auxiliados pelos técnicos da AMPREV. E que, em decorrência da ausência do
141 Presidente dessa comissão, a matéria não entraria em pauta. Acrescentou que, em
142 respeito ao regimento interno, não houve quórum qualificado para deliberar matéria de
143 cunho patrimonial. Logo em seguida, o Presidente sugeriu que retirasse esse assunto
144 de pauta e aguardasse a apresentação da Comissão da avaliação dos Imóveis e
145 depois retornar com esse assunto para deliberação. Depois, Edinaldo informou que a



146 chave do prédio solicitado encontra-se com a SEINF, com a gestão governamental
147 passada, bem como a planta também. **ITEM 6 - Informações sobre o Processo de**
148 **Legalização dos Imóveis pertencentes a AMPREV e reforma do prédio da DIBEF.**
149 O Presidente retirou de pauta em função da ausência do presidente da comissão, o
150 Conselheiro Tork. **ITEM 7 - Requerimento do Conselheiro Edson França sobre**
151 **Processo nº 2014.111.100.1104PA – referente ao pagamento dos 5% amparado**
152 **pela Lei 972/2006.** O Presidente informou que esse requerimento está relacionado
153 com o processo que o Conselheiro Tork relatou. Em seguida, o Conselheiro Fernando
154 informou que, segundo o artigo dezessete, parágrafo quarto, diz que uma matéria já
155 deliberada por este Conselho, não retorna. Em seguida, o Presidente informou que,
156 em decorrência da ausência do Conselheiro Tork, prejudica a discussão do referido
157 processo e portanto, não poderia manter na pauta para discussão. O Presidente pediu
158 a inversão de pauta, já que a diretora Francicleide encontra-se com problemas de
159 saúde, pra falar a respeito da participação do CONAPREV e da discussão que houve
160 lá, acerca da possibilidade de certificação institucional dos regimes de previdência.
161 Posteriormente, o Conselheiro Edson França questionou se vão cumprir o que foi feito
162 para liberar o pagamento dos 5% e que se houver algum imprevisto, que lá na frente
163 faça requerimentos para provocar uma situação se tem direito ou não e disse que o
164 Conselho deve cumprir com a decisão. O Presidente respondeu ao conselheiro Edson
165 França que foi deliberado pelo Conselho, mas quando chegou o momento de fazer os
166 cálculos, constataram que que não havia crédito a seu favor, independente da
167 deliberação. Em seguida, o Presidente chamou o senhor Milton, que trabalha na área
168 de benefício, pra explicar qual foi o impedimento que ocorreu pra resolver essa
169 situação definitivamente. Milton saudou a todos e informou que já trabalha na
170 previdência há mais de oito anos e está a pouco meses na AMPREV, que possui
171 algumas certificações e alguns cursos exclusivos na área de cálculo e disse que com
172 relação a decisão do Conselho, não resta dúvida que a decisão do Conselho foi
173 cumprida, porém ela não alcançou o objetivo do Conselheiro, que era ter alguma coisa
174 a receber. Ele disse que a decisão de aplicar, foi aplicada, mas que no período em que
175 deveria ser aplicada, ele já tinha recebido os devidos reajustes. Diante disso, disse
176 que quando tivessem acesso ao processo, poderão verificar essa conclusão que ele
177 tirou. Disse ainda, que já recebeu todos os reajustes referente a classe a que o
178 conselheiro Edson França pertence. Em seguida, o Conselheiro Paulo Vaz afirmou
179 que o local onde o Milton trabalha é o setor competente para fazer os cálculos e
180 afirmou que a decisão do Conselho foi cumprida. **ITEM 10 - Informações sobre**
181 **Certificação Institucional apresentada na 53ª Reunião Ordinária do CONAPREV,**



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

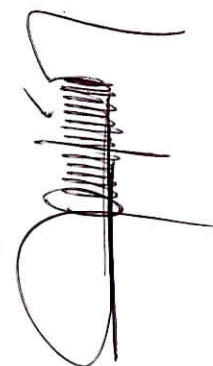
Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



182 **ocorrida nos dias 14 e 15 de maio de 2015, na cidade do Rio de Janeiro.** O
183 Presidente convidou a Diretora Francicleide para falar a respeito desse item.
184 Francicleide saudou a todos e disse que é só pra dar conhecimento, que foi publicada
185 a Portaria 185 de 14/05, no Diário Oficial da União, no dia 15/05/2015. Ela disse que
186 esse programa institui a Certificação Institucional da Gestão de Regimes Próprios de
187 Previdência, objetivando incentivar os regimes próprios de previdência social a
188 adotarem as melhores práticas de gestão, que proporcionem maior controle dos seu
189 ativos e passivos, e mais transparência no relacionamento com os segurados e a
190 sociedade. Disse ainda, que a adesão a esse Programa de Certificação Institucional é
191 facultativa, precisando preencher alguns requisitos, dentre eles é estar com o
192 Certificado de Regularidade Previdenciária em dia e que tem um prazo de três anos.
193 Disse que o RPPS, após receber esta certificação e não mantiver o CRP válido por 90
194 dias, essa certificação é cancelada e pra receber essa certificação tem que ser tomada
195 providências de algumas ações, dentre elas tem a parte de controle interno e a parte
196 da governança corporativa. Ela disse que no caso da AMPREV, há a impossibilidade
197 de estar se adequando a esta portaria 185, exatamente porque não tem o quadro de
198 pessoal próprio e informou que quem desejar, ela poderá disponibilizar esse material
199 que foi apresentado na reunião do CONAPREV e passou a palavra para o Presidente.
200 Ele disse que um processo de certificação seria muito bom para AMPREV, quebrando
201 culturas passadas, na qual a instituição precisa mudar, unindo bem com a
202 necessidade que a AMPREV tem de ser uma instituição voltada para a efetividade do
203 seu trabalho, para atender seu público alvo com qualidade e eficiência. Ele disse que
204 hoje a AMPREV não tem como aderir, pois não preenche os requisitos mínimos pra
205 adesão a um sistema de certificação e disse que a espera, brevemente, que a
206 AMPREV possa entrar num processo de certificação e que isso seja acompanhado no
207 andamento do trabalho em relação ao Projeto de Lei, da transformação em autarquia,
208 a realização de concurso público e tudo que é necessário para que possam cumprir
209 essas exigências de ser certificado. E finalizou que isso deve ser considerado como
210 necessário para AMPREV, ainda que não seja o momento e pediu para que os
211 Conselheiros acompanhem e se informem a respeito a um modelo de gestão voltado
212 para qualidade, o qual hoje não tem. O Presidente inverteu a pauta e passou para o
213 item nove. **ITEM 9 - Participação da AMPREV em eventos.** O Presidente disse que
214 colocou aqui mais em função para dar satisfação, a qual precisa ser dada e que já
215 tinha discutido isso com alguns conselheiros particularmente, essa questão em investir
216 em treinamento, em capacitação, viagens. Disse que pensou em economizar, porém
217 foi orientado que esse recurso os asseguram em participação em eventos. Disse que





218 vai estar à disposição de incentivar a participação dos Conselheiros nos eventos que
 219 forem necessários, dentro da previsão orçamentária. Em seguida, o Conselheiro
 220 Iclenor falou que é importante o Presidente participar, até pra ter contato com as
 221 alternativas que surgem lá e sugeriu que no próximo evento que vier pra qualificar, os
 222 conselheiros mais antigos poderiam ceder espaço para os que estão chegando agora.
 223 O Conselheiro Álvaro informou que se ausentaria, em virtude de ter sua filha internada
 224 no hospital São Camilo desde segunda feira e pediu que todos os documentos
 225 referentes as reuniões, também fossem encaminhadas para os conselheiros
 226 suplentes. Em seguida, o conselheiro Fernando informou que já houve deliberação do
 227 Conselho neste sentido, do material ser encaminhado ao titular e suplente e
 228 complementou que, na proposta apresentada pelo conselheiro Paulo Madeira, de que
 229 seriam cinco dias úteis para que chegassem em mãos. Em seguida, o Presidente
 230 pediu que solicitem a ele com antecedência, no caso de desejarem participar de
 231 eventos, visto que economizariam com os custos das passagens aéreas. O
 232 Conselheiro Fernando pediu que o Conselho deliberasse no sentido de que os
 233 relatórios de investimentos já prontos e ainda sob análise no Comitê fossem
 234 disponibilizados no site, antes de ser aprovado, uma vez que está preocupado com a
 235 questão da transparência e registrar que está pendente de homologação. Em seguida,
 236 **ficou aprovado que os relatórios de investimento fossem disponibilizados no**
 237 **site, antes de ser aprovado indicando que estão pendentes de homologação.** Em
 238 seguida, o Presidente colocou em votação a data da reunião extraordinária e **ficou**
 239 **deliberado que a 1ª Reunião Extraordinária será dia 11 de junho de 2015.** Os
 240 conselheiros Edson França e Álvaro se ausentaram as dezenove horas e dez minutos.
 241 **ITEM 8 - Relatório dos Benefícios da Aposentadoria, Pensão, Auxílio Doença e**
 242 **Salário Maternidade concedidos pela Amapá Previdência – AMPREV.** A tenente
 243 Sônia se apresentou como diretora de benefícios militares e disse que, atualmente,
 244 está respondendo pela diretoria de benefício e fiscalização, a DIBEF. Sônia informou
 245 que o atual diretor encontra-se viajando e que o material encontra-se disponível nos
 246 notebooks dos conselheiros. Em seguida, fez a leitura e explicação do relatório, como
 247 o demonstrativo das despesas de março a maio de 2015, no plano financeiro e no
 248 plano previdenciário da DIBEF. Ela informou o quantitativo de beneficiários da
 249 AMPREV, incluídos tanto os pensionistas civis quanto os pensionistas militares e a
 250 reforma por invalidez e o quantitativo de segurados civis. Em seguida, explicitou os
 251 dados da Diretoria de Benefícios Militares - DIBEM, no plano financeiro e
 252 previdenciário, e a quantidade de segurados militares. Ademais, sanou todas as
 253 dúvidas correntes. **ITEM 11 - Comunicação da Presidência.** Não houve nada a tratar

254 neste item. **ITEM 12 - Comunicação dos Conselheiros.** O Conselheiro Fernando
255 questionou sobre o andamento do cálculo atuarial. O Presidente disse que está no
256 processo de contratação na GEAF e que o Banco do Brasil apresentou uma proposta
257 de sete mil e quatrocentos reais e as outras empresas apresentaram duzentos e vinte
258 mil reais e trezentos e oitenta mil reais disse que vai fazer isso o mais rápido possível
259 pra avançar nesta questão do cálculo atuarial. Em seguida, o conselheiro Fernando
260 pediu que fosse chamada a empresa que elaborou o cálculo atuarial de 2014, a qual
261 não foi submetida à aprovação deste Conselho e se descobrir o porquê do cálculo sair
262 de 2 (dois) milhões para 17 (dezessete) milhões. **ITEM 13 – O que ocorrer.** Não
263 havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença e a
264 participação de todos, e encerrou a reunião às 19h35min, da qual eu, Joanne Dias
265 Quintas, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Conselheiros
266 presentes e por mim própria. Macapá-AP, 28 de maio de 2015.

267

268 **Arnaldo Santos Filho:** _____
269 Presidente do Conselho

270
271 **Paulo de Santana Vaz:** _____
272 Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.

273
274 **Vinicius Mendonça Coutinho:** _____
275 Membro Titular, representante do Ministério Público.

276
277 **Ivonete Ferreira da Silva:** _____
278 Membro Titular, representante dos servidores Civis Ativos.

279
280 **Edson França:** _____
281 Membro Titular, representante dos servidores Civis Inativos.

282
283 **Álvaro de Oliveira Correa Junior:** _____
284 Membro Suplente, representante dos Militares Ativos.

285
286 **Hemerson de Souza Dias:** _____
287 Membro Titular, representante dos Militares Inativos.

288
289 **José Paixão Moreira Martins:** _____
290 Membro Titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.

291
292 **Francisco Iclenor Bezerra de Oliveira:** _____
293 Membro Titular, representante dos servidores da Assembleia Legislativa.

294
295 **Tiago Pinto Marques:** _____
296 Membro Titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.

297
298 **Fernando Cezar Pereira da Silva:** _____
299 Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.



300
301
302

Joanne Dias Quintas: _____
Secretária do CEP/AMPREV

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned above the line for the name Joanne Dias Quintas.

SECRETARIA DO CEP/AMPREV